

Escravidão contemporânea em fazendas do Norte do Brasil: Por que persiste?¹

Maria Victória Ferreira Silva²

Sandro Adalberto Colferai³

Fundação Universidade Federal de Rondônia, Rondônia, RO

Resumo

Este paper busca problematizar a presença de casos envolvendo questões de exploração trabalhista em sites jornalísticos regionais, ao mesmo tempo em que pretende-se entender a persistência do uso da mão de obra escrava em fazendas monocultoras e pecuárias, do interior de Rondônia. Para isso aborda-se questões políticas e sociais que estão por trás do cenário de trabalho escravo contemporâneo e recupera-se o processo de ocupação da Amazônia que culminou, posteriormente, na criação do estado de Rondônia, além de observar como o comportamento aventureiro é, ainda hoje, recorrente em fazendeiros da região Norte. Serão apresentados também alguns fatores políticos e sociais que possibilitam que esse sistema de exploração persista.

Palavras-chave: Jornalismo; Sites jornalísticos; Noticiabilidade; Região Norte; Escravidão Contemporânea;

Introdução

O Brasil⁴ que, como aponta o documentário Brazil (2000), “[...] foi construído através da maior migração forçada da história [...]” e chegou a receber, no século XVI, quatro milhões de africanos, número dez vezes maior que a quantidade traficada pelos EUA no mesmo século, continua a forçar muitas pessoas a migrar em busca de uma vida melhor, sendo obrigadas a aceitar trabalhos em condições precárias.

Ao observar o jornalismo online de Rondônia, pretende-se constatar que o sistema de escravidão ainda persiste na região, principalmente no Cone Sul do estado. A presença, ou sua falta, de casos envolvendo mão de obra escrava nos sites jornalísticos da região, nos leva a questionar e tentar entender quais são os fatores que fazem com que este sistema de exploração continue sendo utilizado, ao mesmo tempo em que precisamos entender como se dá sua visibilidade e abordagem por sites noticiosos de Rondônia.

Para isto precisam ser considerados quais são os critérios de noticiabilidade que levam os dois sites jornalísticos analisados, Rondôniagora e Extra de Rondônia, a noticiar ou não essa parte da realidade do estado de Rondônia em suas publicações.

¹ Trabalho apresentado no IJ 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte realizado de 6 a 8 de julho de 2016.

² Graduanda do Curso de Jornalismo da UNIR, email: mariavictória_fs@hotmail.com

³ Doutor em Sociedade e Cultura; Mestre em Comunicação Social; Professor de Jornalismo (UNIR-Vilhena)

⁴ Este paper é uma versão ampliada de artigo apresentado à disciplina de Estudos Culturais da Amazônia, ministrada pela professora Elisabeth kimie Kitamura, no segundo semestre de 2015.

Antes, porém, há a necessidade de conhecer, ao menos minimamente, como se deu a ocupação da Amazônia na década de 1970, bem como a colonização de Rondônia, pois são essas algumas das principais referências históricas que nos permitem compreender quais foram os grupos que se tornaram proprietários de terras em Rondônia e quais grupos formaram o que Becker (1991) vai chamar de *bacias de mão de obra*.

É importante considerar também os principais fatores que fazem o trabalhador sair, atualmente, de sua cidade e migrar para as chamadas frentes de trabalho, áreas de trabalho móvel e temporário, onde se desenvolvem operações de apoio e execução de uma obra⁵. Delimitar o conceito de trabalho escravo também se faz fundamental uma vez que ainda há muita discussão a cercada definição. Neste paper tomamos como trabalho escravo a

[...] servidão, não pagamento de salários, não pagamento dos direitos trabalhistas, não reconhecimento de condições de medicina, higiene e saúde adequadas, e ausência de liberdade, seja porque é vigiado, seja porque está num local de difícil acesso, seja pela escravidão por dívidas. (ROCHA, 2005, p. 243)

1. Rondônia e seus destemidos pioneiros

A ocupação da Amazônia, que passou a ser prioridade no plano de desenvolvimento nacional após a implantação do Regime Militar em 1964, tinha como principais objetivos a integração da região ao território nacional, garantir benefícios econômicos, além das questões militares, que visavam a *proteção* da Amazônia para evitar invasões estrangeiras.

A partir de 1968, incentivos fiscais e créditos especiais a baixos juros são mecanismos seletivos que subsidiam a implantação dominante da empresa agropecuária vinculada a firmas nacionais e internacionais. Mas o Estado também desenvolve programas de distribuição de terras em locais estratégicos, de modo a atender a interesses de grupos sociais diversos e a cooptar massas de população rural. (BECKER, 1991, p. 23)

Na década de 1970 dá-se início então ao incentivo às populações, principalmente das regiões Sudeste e Sul do país, mas também do Nordeste, atraídos por projetos de assentamento que fariam à distribuição de terra, para que se deslocassem e ocupassem a gigantesca e *vazia* Amazônia, “no Pará, no norte do Mato Grosso e em Rondônia, as taxas de crescimento ascenderam a mais de 6% ao ano [...] A população total da região aumentou de 7 milhões para 11 milhões de habitantes” (BECKER, 1991, p. 45).

⁵ Saúde e segurança no trabalho, disponível em <http://saudeesegurancaotrabalho.com/frentes-trabalho/que-sao-frentes-trabalho.htm>

Durante os anos que se seguiram a população continuou a crescer de forma expressiva.

De acordo com dados de censos do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística –, a população de Rondônia em 1970 era de 113.679 habitantes, que chegou a 492.744 mil em 1980, sendo que a maior parte dos imigrantes que chegou ao Estado neste período se fixou na zona rural, distante da Capital. A população da região sul do Estado, que antes de 1977, correspondia apenas ao município de Vilhena, era de 4.597 habitantes em 1970, e atingiu 60.381 habitantes em 1980, segundo a mesma fonte. (FIORI, 2012, p. 12-13)

TABELA 01. Crescimento populacional do Estado de Rondônia

ANO	POPULAÇÃO
1950	36.935
1960	69.792
1970	111.064
1980	491.069
1991	1.132.692
2000	1.379.787

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Anuário Estatístico do Brasil, 2000

Tabela reproduzida a partir de Fiori (2012, p. 60)

Na tabela de crescimento populacional podemos perceber o aumento acelerado do fluxo migratório na região que depois se tornou o estado de Rondônia. O fato é que a distribuição de terras na região, não se deu de forma igualitária, mas sim como incentivo aos médios e grandes produtores agrícolas, estes, que ganharam imensas propriedades, deram início ao monopólio agrícola que persiste ainda hoje no estado e principalmente em seu Cone Sul. Como discorre Becker (1991, p. 18),

Após 1974, uma estratégia seletiva se implanta, a Polamazônia. Quinze “pólos de desenvolvimento” canalizam os investimentos, cada pólo especializado em determinadas atividades de produção. O governo considera a colonização lenta e onerosa, e estimula imigrantes dotados de maior poder econômico, resultando na expansão das empresas agropecuárias e de mineração.

Dos migrantes pobres que vieram ocupar a região, houve uma parte que conseguiu pequenas propriedades, no entanto “[...] a pequena produção é extremamente instável, pois na Amazônia é rápido o processo de atração de migrantes, posse eventual da terra e

contínua expropriação.” (BECKER, 1991, p. 23). Os empresários, que possuíam as bênçãos do Estado, obtiveram propriedades em áreas estratégicas, além do status de colonizadores e pioneiros das cidades que seriam formadas. Como aponta Becker (1991, p. 21), “O espaço da empresa tem posição estratégica, graças às suas vantagens técnicas; é afastado das zonas relativamente mais povoadas para evitar maiores conflitos de terra, mas não tão longe que a isole das bacias de mão-de-obra”. Além disso, no cenário da colonização, há ainda os proprietários descapitalizados que,

Com menor disponibilidade de capital que a empresa, [...] desmatam menos [...] e têm menor capacidade de contratar assalariados e de dispor de equipamentos e insumos, utilizando maior produção de trabalho vivo, isto é, mão-de-obra não-assalariada, os rendistas. (BECKER, 1991, p. 29)

Tem-se então a formação de dois dos grupos que compunham o estado de Rondônia: de um lado os grandes proprietários de terra, que depois expandiram seus negócios e garantiram a propriedade de empresas rodoviárias, midiáticas, ou de outros ramos de serviço, e as pessoas que não obtiveram terras para sobreviver, e precisaram se submeter às frentes de trabalho, que acabaram formando o que Becker define como *bacias de mão de obra*.

2. Bacias de mão de obra

Como discorre Becker, “[...] a migração constitui condição não só de povoamento, mas também de formação de força de trabalho” (1991, p.46). Foi o que houve em Rondônia, pois era necessário que houvesse outra alternativa para os que migravam e não recebiam terras e para os que conseguiam receber pequenas propriedades mas acabavam sendo expulsos desses locais. Assim, começam a formar-se então núcleos urbanos.

A criação de uma força de trabalho dinâmica e versátil [...] torna-se assim condição fundamental para a organização do mercado de trabalho e, portanto, para a ocupação regional. É esse o aspecto central da estratégia de ocupação adotada pelo Estado, ora implícita ora explícita em suas políticas. Ele promove a atração em massa de migrantes pela propaganda, acenando com a perspectiva de emprego em grandes obras públicas [...] ou de acesso à terra, ou de melhores condições de vida na cidade. [...] os projetos de colonização distribuem a terra, mas só uma parcela dos migrantes consegue dela tomar posse, e destes uma parcela expressiva é expropriada por mecanismos burocráticos e creditícios. Por sua vez, a política urbana cria condições para a circulação intra-regional e a transformação social dos migrantes. (BECKER, 1991, p. 48-49)

Neste momento surgem as vilas como locais em que se concentravam os trabalhadores, e que eram frequentemente desabitadas com a mudança das frentes de trabalho. Os trabalhadores ficavam migrando entre povoados e vilas.

A facilidade de acesso trazida pelo asfaltamento da BR-364, fez com que muitos dos migrantes chegassem em grandes quantidades na região. Isso impulsionou não só a ocupação acelerada de Rondônia, mas também a criação dos grupos populacionais marginalizados que garantiam que as frentes de trabalho estivessem abastecidas de mão de obra.

O governo militar logo percebeu que a colonização da Amazônia seria capaz de solucionar uma série de problemas. Parecia claro que a região podia servir como uma válvula de pressão social, um repositório para a “população excedente”. [...] Esses pobres, deslocados, dirigiam-se então para as cidades ou defendiam sua terra e pressionavam para que se fizesse uma reforma agrária. Para o governo era muito mais simples recolocá-los em algum lugar fora de mão do que iniciar qualquer esforço no sentido de realizar a reforma agrária; isso significaria lotear a propriedade inculta da elite brasileira e distribuí-la entre os pequenos fazendeiros. (REVKIN apud FIORI, 2012, p. 79)

Assim se formaram os repositórios de mão de obra. E é por meio dos *gatos*⁶ que a maior parte dos *peões* eram, e continuam a ser, aliciados a trabalharem em condições precárias, com salários, quando há salário, que não pagam o esforço físico e psicológico a que são submetidos.

3. Os principais fatores que fortalecem a ilegalidade

O avanço das estradas e rodovias sempre favoreceu a chegada de colonizadores. “Em Rondônia, onde a rodovia BR-364 e a colonização dirigida revigoraram lugarejos antigos [...] e permitiram a construção de novos núcleos pelos migrantes [...] um conjunto de cidades populosas se dispõe a cada 40 km ao longo da rodovia.” (BECKER, 1991, p. 59). As rodovias tem um papel importante, pois, como descreve Rocha (2005, p. 237), “[...] da mesma forma que o asfaltamento pode fazer presente o Estado e levar a um enfraquecimento das organizações criminosas, pode também, se implantado no atual contexto sem os devidos cuidados, vir a fortalecer o atual contexto de ilegalidade”.

⁶ “[...] indivíduo que possui informações sobre as bacias de mão-de-obra, sua localização e preço, poupando esforços do fazendeiro e do administrador para recrutarem e gerenciarem o trabalho. O “gatão” pode delegar o recrutamento da mão-de-obra aos “gateiros”, que possuem informações mais localizadas e específicas, e estes por sua vez encarregam os “gatinhos” ou fiscais de turma de reunirem no local um grupo de quatro a cinco peões, que trabalham diretamente sob suas ordens. As formas possíveis de contratação neste circuito são a empreitada e a diária” (BECKER, 1991, p.49).

As estradas clandestinas também têm um papel significativo, pois é por meio dela que circulam os trabalhadores que vão extrair madeira, fazer carvão, e outras atividades do tipo. O aumento nos índices de desmatamento em uma região serve como alerta para outros tipos de crimes, entre eles a exploração por meio do trabalho escravo. Os trabalhadores geralmente ficam em locais muito isolados do meio urbano, e muitas vezes são essas estradas clandestinas que levam os grupos de fiscalização a encontrarem os *peões*.

O isolamento dificulta a fiscalização dos grupos móveis do Ministério do Trabalho e Emprego e da Comissão Pastoral da Terra, e também não permite aos trabalhadores o contato com o mundo externo para que não possam denunciar os empregadores, que, em muitos casos, tem vínculos com grupos nacionais e estrangeiros.

A atuação parcial do poder público é outro dos fatores que favorecem a ilegalidade. Esta questão vem acompanhada com o problema na tipificação do crime e da própria definição do que é escravidão, o que possibilita a impunidade e posterior reincidência dos empregadores flagrados pela fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego. Como cita Rocha (2005, p. 243), “do ponto de vista empírico, uma ampla gama de situações e contextos pode caracterizar trabalho escravo. Isso inclui desde super exploração do trabalho, em que a legislação trabalhista é descumprida, até situações extremas de coerção e violência”.

4. Os aventureiros do passado e os escravocratas contemporâneos

A colonização do Brasil deixou marcas culturais profundas no povo brasileiro. Desde elementos materiais, como os estilos de moradias, imateriais, como danças e o sincretismo religioso, até a formação das classes sociais que foram, diretamente, influenciadas por questões recorrentes daquele período, e que levaram a ocupação da Amazônia a ocorrer da forma como ocorreu.

Nos séculos XVI e XVII, Lisboa, que era a maior detentora de tecnologia de navegação, e por isso tinha maiores possibilidades de exploração, já havia encontrado as terras brasileiras, e a ideia era colonizar o local, porém com que mão de obra? Quem faria o trabalho manual? Como fariam isto se os indígenas queriam trabalhar tanto quanto os próprios portugueses? De acordo com o documentário Brazil (2000), por volta de 1600 os portugueses viraram-se para a África e dela tiraram aproximadamente 4 milhões de africanos para solucionar seu problema de mão de obra. Há, sem dúvida, muitas diferenças entre aquela ocupação e a ministrada séculos depois pelo governo brasileiro em relação à

Amazônia, porém, tática parecida foi utilizada na década de 1970 quando os militares encontraram *homens sem terra* para solucionar seu problema de mão de obra, tal qual os portugueses fizeram.

Os paralelos com os aventureiros da colonização são muitos, desde o usufruto desenfreado da natureza, a exploração dos trabalhadores e a manutenção da idéia de que essa exploração deve ser tratada como algo normal, quase necessária, para o funcionamento do país.

A herança dos primeiros colonizadores ainda está presentes nas ações dos atuais fazendeiros da região Norte. No texto de Holanda (1995), o autor divide em dois os princípios que regulam as atividades dos homens. São eles o tipo aventureiro e o tipo trabalhador.

Para uns, o objetivo final, a mira de todo esforço, o ponto de chegada, assume relevância tão capital, que chega a dispensar, por secundários, quase supérfluos, todos os processos intermediários. Seu ideal será colher o fruto sem plantar a árvore. Esse tipo humano ignora as fronteiras. (HOLANDA, 1995, p. 44)

Esta descrição sobre o tipo aventureiro português nos remete aos escravocratas contemporâneos, explorando seus funcionários, sem se importar com direitos humanos ou trabalhistas, e ainda cometendo crimes ambientais. O que importa para eles é onde pretendem chegar com seus produtos. Os fins justificariam os meios.

Para obter lucro o aventureiro não se importa com os processos intermediários, e se o lucro é o trabalho não pago, então a escravidão parece bastante vantajosa. Nela os trabalhadores são apenas mais uma das opções das quais os aventureiros podem lançar mão para garantir seus objetivos. O que importa é produzir o suficiente para competir não só no comércio nacional, mas também no meio internacional. Para isto os escravocratas conseguem esquecer os direitos humanos e trabalhistas por completo.

Atualmente no Brasil, a escravidão é um problema social que afeta cidadãos em grande escala. Segundo os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 2004 os estados do Pará e Mato Grosso, foram respectivamente o primeiro e terceiro colocados em número de escravos resgatados pela fiscalização do Ministério do Trabalho. Em Rondônia o número de trabalhadores resgatados entre os anos de 1995 e 2014 é de 863⁷, segundo o Ministério

⁷ Além dos sites da ONG Repórter Brasil, e da CPT, estes dados podem ser acessados no site Conexão Amazônia, disponível em: <http://www.conexaoamazonia.com.br/Noticia.asp?Noticia=04282&@=863-pessoas-j%c3%a1-foram-libertadas-do-trabalho-escravo-em-ro,-diz-mpt>

Público do Trabalho a situação mais preocupante é no Cone Sul do estado⁸, onde está localizada a maior parte das fazendas agropecuárias da região.

Deve-se ressaltar ainda que os fazendeiros que recorrem à mão de obra escrava na região Norte do Brasil, na maioria dos casos, são pessoas que conhecem bem a legislação. Trata-se de grandes fazendeiros, empresários, muitos com ligações políticas, e que, como denuncia o site Repórter Brasil⁹, possuem mais de uma propriedade como, por exemplo, um dos fazendeiros flagrados, que em relatório afirma ter 12 fazendas só no Maranhão, e cujo os tamanhos não foram especificados.

5. Os principais fatores sociais que levam o trabalhador a migrar atualmente

Os livros de história mostram que a escravidão foi abolida, mas na prática não é bem assim. A abolição da escravatura não deu possibilidades para que os explorados conseguissem uma vida digna, assim como a ocupação da Amazônia também não assegurou esse direito às populações que para ela migraram, o que continua tornando esta parcela da população, que não obteve meios de se sustentar, e seus descendentes uma classe vulnerável, pois não têm acesso à educação de qualidade, não conseguem empregos e nem conhecem seus direitos. Rocha cita as principais condições que fazem o trabalhador migrar:

Castigadas pelo desemprego, pela impossibilidade de acesso à terra e por um sistema educacional precário que as coloca em posição extremamente desvantajosa no mercado de trabalho, as vítimas da escravidão partem de municípios do Maranhão, Tocantins, Piauí e também do próprio Pará e Mato Grosso, em busca de oportunidades para uma vida melhor. (ROCHA, 2005, p. 238)

Em muitos casos o trabalhador desconhece seus direitos, o que facilita ainda mais a ação dos chamados *gatos*, aqueles que os convencem a aceitar o trabalho. Só após chegarem ao local é que percebem que foram enganados, como um dos trabalhadores resgatados conta no documentário que retrata, por meio de depoimentos, a situação dos trabalhadores resgatados na região do Pará:

Desde os meus 18 anos de idade aqui na região do Pará trabalho em fazenda, roçando juquirá. Eu tava lá perto do posto quando chegou um cidadão pra mim trabalhar na fazenda dele. Quando eu cheguei lá não era roça, não era plantação de capim, ele me botou pra trabalhar numa carvoeira, carregando umas torras de mais ou menos 40, 50, 60 kg pra jogar em cima do carro. Coisa absurda, coisa que é

⁸A parte de Rondônia identificada pelo termo Cone Sul é composta pelos municípios de Vilhena, Pimenta Bueno, Espigão do Oeste, Chupinguaia, Colorado do Oeste, Cabixi, Cerejeiras, Pimenteiras do Oeste, Corumbiara e Parecis. Disponível em: <https://pontosrondonia.wordpress.com/pontos-de-cultura-rondonia/cone-sul/>

⁹Repórter Brasil, disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2010/12/conhe-a-os-escravocratas/>

pra maquinário, eles usam o ser humano. E você fica praticamente arrebitado. (APRISIONADOS, 2006)

Outro trabalhador identificado como Valdemir diz ainda:

Aí eu passei 60 dias e aprontei dez gaiolas. O dinheiro era mil reais aí ele foi e me deu 100 reais. Ai eu falei pra ele: moço isso ai é serviço escravo. Aí ele falou: não. O que tu quer dizer com isso? Tu quer dizer que tu vai dar queixa? Direito de maranhense aqui é um tiro de uma espingarda calibre 36 que eu tenho lá no meu barraco. Aqui pode falta feijão pro trabalhador, mas o cartucho pra matar um aqui não falta. (APRISIONADOS, 2006)

Um dos trabalhadores, não identificado no documentário, chora ao falar sobre o seu sonho:

Meu sonho é viver em casa livre com a minha família [...] a gente sente muito em ter que sair de casa e deixar a família da gente sofrendo. A gente sai obrigado. A gente não sai porque quer sair. É ruim sair de casa.(APRISIONADOS, 2006)

O fator citado pela maior parte dos trabalhadores entrevistados no documentário foi a falta de emprego. Muitos deles são analfabetos ou semianalfabetos, e precisam sustentar suas famílias. Contam ainda como era a vida nas fazendas em que viviam e como eram mantidos nos locais de exploração, grande parte deles contraía dívidas assim que chegava ao local, sem nem mesmo saber, e outra parte recebia ameaças diretas e por isso não conseguia voltar para suas casas.

6. O silêncio sobre esta realidade em sites de Rondônia

Os sites jornalísticos regionais, Rondôniagora, um dos sites mais antigos de Rondônia e que se auto declara pioneiro no jornalismo do estado, e o Extra de Rondônia, que começou suas publicações no jornalismo impresso para depois se tornar um dos web sites jornalísticos mais acessados nas cidades do Cone Sul de Rondônia, são os dois veículos de comunicação em que foram buscadas notícias envolvendo casos de trabalho escravo.

Inicialmente pretendia-se fazer um recorte que fosse, na medida do possível, próximo ao período em que os 863 trabalhadores foram resgatados no estado, de 1995 a 2014, mas como se tratava de dois sites jornalísticos recentes, Extra de Rondônia foi lançado na web em 25 de janeiro de 2008, o recorte foi limitado aos anos de 2008 a 2014. Porém ao iniciar a pesquisa constatou-se que tal enquadramento não seria necessário, pois no Rondoniagora estavam disponíveis notícias relacionadas ao tema apenas entre os anos de

2009 e 2014, já no Extra de Rondônia uma notícia sobre o assunto foi publicada apenas em 2014.

Imaginava-se que ao fazer a busca textual com palavra chave *trabalho escravo*, o resultado seria um número maior do que o que se constatou. Enquanto no primeiro estão disponíveis 33 matérias na busca textual, sendo que destas apenas dez corresponderam aos critérios de definição de trabalho escravo, que já foram esclarecidos na introdução deste paper, mas é importante lembrá-los agora:

[...] servidão, não pagamento de salários, não pagamento dos direitos trabalhistas, não reconhecimento de condições de medicina, higiene e saúde adequadas, e ausência de liberdade, seja porque é vigiado, seja porque está num local de difícil acesso, seja pela escravidão por dívidas. (ROCHA, 2005, p. 243)

no segundo aparecem apenas duas notícias e uma delas não diz respeito à qualquer tipo de exploração trabalhista.

A presença diminuta, de fatos que aconteceram em grande escala no estado, deixa aparente as posturas dos veículos no que se refere à divulgação de casos envolvendo exploração trabalhista na região.

Levando em consideração o número de trabalhadores resgatados entre os anos de 1995 e 2014, mesmo no site com maior número de publicações, a relevância que foi dada aos casos é muito pequena. Trata-se de 863 cidadãos encontrados em condições precárias em quase vinte anos. Isto nos leva a buscar compreender por que, mesmo com essa quantidade de trabalhadores resgatados, somente dez casos foram considerados noticiáveis em um site, e apenas um no outro.

Sendo que “[...] a notícia, no sentido mais amplo e desde o tempo mais antigo, tem sido o modo corrente de transmissão da experiência – isto é, a articulação simbólica que transporta a consciência do fato a quem não o presenciou [...]” (LAGE, 2001, p.24), é revelador que os sites jornalísticos não produzam notícias sobre as condições de exploração na região, isto faz com que haja o silenciamento destas questões.

[...] a ideologia se articula em dois pólos: por um lado, a ocultação do emissor por detrás do complexo aparelho de produção das mensagens [...]; por outro lado, a evidência de uma neutralidade tal que a informação se legitima por aparentemente não pretender respostas. Uma indústria produtora, na qual as decisões afloram de vago mecanismo, dirige-se a público vasto, de cujo repertório tem apenas idéias estatísticas; e se inocenta do que diz, como se falasse naturalmente dos fenômenos, sem nada ocultar, exagerar ou distorcer. (LAGE, 2001, p. 31-32)

Antes de mais nada deve-se ter em mente que a prática jornalística está envolta em meio às limitações empresariais de cada veículo de comunicação. O jornalismo é, como toda empresa, mais uma indústria que tenta vender seus produtos.

Os autores marxistas destacam em geral o tratamento dado à notícia como objeto de consumo e relacionam sua crescente centralização às tendências da sociedade. "A força motriz do processo de monopolização da comunicação de massa no mundo imperialista deve ser buscada tanto nos fatos políticos quanto econômicos", escreve exemplarmente Ivã Tomasov. (LAGE,2001, p.26)

Por isso, "[...] a técnica de produção industrial de notícias estabeleceu critérios de avaliação formal, considerando constatações empíricas, pressupostos ideológicos e fragmentos de conhecimento científico" (LAGE, 1982, p. 66). A escolha dos acontecimentos que vão se tornar notícias leva em consideração características, pré-estabelecidas quase como um acordo tácito entre os profissionais, que fazem com que estes fatos ganhem relevância. Este acordo é feito não só entre os jornalistas de cada empresa, como também entre o campo jornalístico como um todo.

O critério mais relevante nas mídias regionais é o de proximidade, como discorre Peruzzo,

Aproximadamente na segunda metade dos anos 1990, no Brasil, a mídia regional e local começa a chamar a atenção pelo interesse demonstrado pelos segmentos de públicos locais e regionais. Ela passa a ampliar os espaços para programas produzidos nas regiões e a difundir conteúdos antes restritos aos meios de comunicação comunitários engajados em lutas sociais nas localidades. (2005, p.73)

Se as notícias são produtos de representações da realidade, e o critério mais utilizados para a produção dessas notícias nos veículos de comunicação locais é a proximidade, é problemático que haja a ausência de publicações nestes web sites sobre problemas que afligem uma parcela grande da população do Cone Sul do estado.

Considerações Finais

Pensar sobre o trabalho escravo é algo que nos faz viajar pela história do Brasil, e talvez por isso nos dê a impressão de que se trata de algo que já acabou. Mas quando damos uma rápida olhada em como se deu a construção do estado de Rondônia, a desigualdade, que leva o trabalhador a ser explorado, é gritante.

E essa não é uma dificuldade apenas da região Norte, aqui a questão parece mais alarmante, mas na verdade trata-se de um dos mais graves problemas sociais do Brasil, e a

solução para isto parece estar longe de ser alcançada. A raiz do problema remete a épocas muito antigas, sobre as quais pouco, ou nada, pode ser feito.

Como foi visto, são muitos os fatores que precisam ser resolvidos. Muitos deles ligados a dificuldades ainda mais difíceis de resolver como a situação política em que o país está inserido. Muitos dos representantes da lei agem de forma ilegal, como vemos todos os dias nos noticiários. E esta talvez seja a questão mais complicada a se solucionar, pois o histórico político do Brasil não nos oferece nenhuma esperança de que algo possa mudar. A corrupção, de todos os tipos, parece estar enraizada no país.

Outro fator que dificulta muito uma mudança na situação é o próprio sistema de produção em que estes fazendeiros, empresários e toda a população estão envolvidos: o capitalismo. Como frear a ambição quando o mercado consumidor exige uma produção cada vez maior de mercadorias? Os capitalistas vêm cada ser humano como insumo produtivo e se os trabalhadores tem força de trabalho para trocar, o que os impede de usá-la?

Muitas questões que parecem sem respostas permeiam essa situação. A essa altura, os problemas já não são apenas nacionais, o modo de produção capitalista tem ligação direta com o problema aqui levantado. Por isso torna-se difícil pensar em soluções que acabem de fato com a escravidão contemporânea. Apenas as ações dos atuais abolicionistas e pessoas que lutam pelos direitos humanos parecem estar ao lado destes trabalhadores.

As alianças políticas envolvidas também são outra das dificuldades que permitem a persistência da escravidão. No tempo da ocupação do estado as grandes propriedades foram dadas, pelo governo, à pessoas que eram consideradas relevantes e que fariam “bom uso” da terra. E por bom uso, deve-se entender que fariam a roda do capitalismo continuar girando. Pois bem, mais de trinta anos depois da ocupação a relação entre a maior parte dos políticos e agropecuários da região não mudou muito.

Em 2012 os políticos eram os maiores latifundiários do país¹⁰ e cada senador tinha uma média de quase mil hectares. Com as alianças políticas a fiscalização fica barrada, a lei é esquecida, os projetos de leis que ajudariam os trabalhadores são, facilmente, vetados e eles continuam sendo uma população castigada pela falta de emprego e que precisa se submeter às regras de quem já está nesse jogo há muito tempo.

Além dos agricultores da região, muitas empresas de diversas áreas estão envolvidas com o uso da mão de obra escrava. Entre os nomes de empregadores que constam na *lista*

¹⁰ Informação disponível em: <https://marx21.com/2012/08/31/politicos-sao-os-maiores-latifundiarios-do-brasil/>

*suja do trabalho escravo*¹¹ podem ser encontradas várias empresas de construção civil, cultivo de cana-de-açúcar, extração vegetal, criação de bovinos para corte, produção de carvão vegetal, produção de álcool, pecuária, entre outros.

Como foi dito, muitos políticos possuem sua fatia de terra brasileira, e há alguns entre eles que já foram pegos recorrendo a este tipo de mão de obra.¹² Outra questão que pode ter relações com os posicionamentos das mídias locais é que, grande parte, dos meios de comunicação é associada ou apoiadora de políticos e talvez por isso façam todo esse silêncio sobre os casos, além da falta de interesse da elite brasileira que continua alheia à situação das classes menos favorecidas. Mesmo quando não estão diretamente envolvidas nesse modo de produção, não há o interesse em saber qual a origem dos produtos que adquirem no mercado.

Já não há a ilusão de um jornalismo totalmente imparcial e objetivo. A subjetividade acaba por estar presente na prática jornalística. O jornalista seleciona o que abordar ou não, ao que dar voz, e o que silenciar. E talvez o silêncio seja um dos principais problemas da persistência do trabalho escravo. Como podemos perceber, não há a iniciativa por parte da mídia de reprodução da história das pessoas resgatadas.

Chego a esta conclusão com o pensamento de que antes de qualquer coisa essa parcela da população, marginalizada, precisa ser vista. Os interesses empresariais não deveriam se sobrepor a prática do jornalismo ético e que dá voz à sociedade como um todo, e não só aos que estão no topo da escala de classes.

Ao mesmo tempo, percebo que não há como resolver o problema em curto prazo. Mas mudar a situação em que estes trabalhadores se encontram é possível, evitar que outros sejam aliciados também é. Oferecer condições de vida digna, de reorganização social, de reinserção no mercado de trabalho formal para os que são resgatados precisa ser prioridade.

Diferente da ocupação da Amazônia, que seguiu os moldes da ocupação portuguesa, a abolição destes trabalhadores tem que se dar não de forma abrupta, como foi o fim da escravatura, mas com o acompanhamento necessário para que as vidas dos cidadãos

¹¹O Cadastro de Empregadores da Portaria Interministerial, regulado pela portaria 02/2011, do MTE e SEDH/PR, foi criado pelo governo federal, em novembro de 2003, com o objetivo de dar transparência às ações do poder público no combate ao trabalho escravo. A relação traz os empregadores flagrados com esse tipo de mão de obra e que tiveram oportunidade de se defender em primeira e segunda instâncias administrativas, antes de ser confirmado o conjunto de autuações que configuraram condições análogas às de escravo; a lista pode ser consultada em diversos sites como o do Ministério do Trabalho, Comissão Pastoral da Terra e Repórter Brasil, entre outros.

¹²No dia 28 de junho de 2013 oitopolíticos entraram na atualização do cadastro de empregadores flagrados com trabalho escravo. Entre eles estão: os deputados federais João Lyra (PSD-AL) e Urzeni Rocha (PSDB-RR); o ex-ministro da Agricultura de Fernando Collor (1990-1992) Antônio Cabrera; o deputado estadual maranhense Camilo Figueiredo (PSD); o prefeito de Manaíra (PB) José Simão de Sousa; o ex-prefeito de Iaçua (BA) Adelson Souza de Oliveira; o vice-prefeito domuncípio de Moju (PA), Altino Coelho Miranda (PSB); e Zélio Debas, liderança do PPS no município de Reserva, no Paraná.

envolvidos tenham um rumo diferente. Talvez mudar a realidade de cada um deles faça com que seus filhos não sejam levados pelos “gatos” da mesma forma que os pais foram. Os resultados para qualquer solução pensada nesse caso apenas podem ser visíveis em longo prazo.

Ao fim do trabalho, ainda persiste a dúvida sobre a atuação da mídia nesta questão que constitui a vida em Rondônia, porque o tema passa despercebido? O que seria um fato incrível com um número tão grande de casos? Ou não há interesse dos meios de comunicação locais observados em abortar o assunto?

Coradini (2013), que faz todo um apanhado sobre a trajetória do jornal Extra de Rondônia, comprova que a proximidade é de fato um dos valores-notícia mais importantes para o veículo: “O Extra de Rondônia emprega grande importância ao valor-notícia de proximidade, especialmente geográfica, aos fatos da região Cone Sul de Rondônia.” (CORADINI, 2013, p. 90). Sendo os acontecimentos locais os mais representativos das mídias observadas fica o estranhamento, ao final deste paper, sobre a falta de repercussão dos casos já mencionados. E quais os motivos para que isto ocorra.

Se os critérios de noticiabilidade são alcançados pelos fatos que acima destacamos, se o processo histórico de ocupação do interior de Rondônia dá visibilidade às condições a que são submetidos trabalhadores rurais, quais são as razões pelas quais estes não são abordados pelo jornalismo de Rondônia? A esta questão junta-se outra. Que pretendemos responder em outro lugar: quais são os processos de construção da notícia a que estão submetidos os sites de Rondônia que, ao final, acabam por silenciar questões com o trabalho análogo à escravidão no interior do Estado?

REFERÊNCIAS

APRISIONADOS por promessas: A Escravidão Rural Contemporânea no Brasil. Direção de Comissão Pastoral da Terra. Produção de Centro Pela Justiça e O Direito Internacional. Realização de Organização Internacional Sem Fins Lucrativos Que Capacita e Ajuda Pessoas A Usarem O Vídeo na Luta Por Direitos Humanos. [S.I]: WITNESS, 2006. 1 arquivo de vídeo (16 min.), son., color.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

BRAZIL: An Inconvenient History. Direção de Phil Grabsky. Realização de Organização Internacional Sem Fins Lucrativos Que Capacita e Ajuda Pessoas A U. Roteiro: Phil Grabsky. Reino Unido, Grã-bretanha, Irlanda do Norte: BBC, 2000. 1 arquivo de vídeo (46 min.), DVDRip – AVI, son., color. Legendado.

COLFERAI, Sandro A. **Imigração e identidade cultural**: a representação de uma identidade

preferencial no interior de Rondônia. BOCC. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, v. u, p. 1, 2010.

CORADINI, Neirimar H. K. **Do impresso para a Web**: A trajetória do jornal Extra de Rondônia. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social - Jornalismo). Vilhena: Fundação Universidade Federal de Rondônia, 2013.

FIORI, Marcus F. **Olhares sobre a colonização**: O colonialismo manifesto na ocupação de Vilhena. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente). Porto Velho: Fundação Universidade Federal de Rondônia, 2012.

HOLANDA, Sérgio B. de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. 3ª ed. Pretópolis: Vozes, 2001.

PERUZZO, Cicilia M. K. **Mídia regional e local**: aspectos conceituais e tendências. In: Revista Comunicação & Sociedade. Ano 26, número 43, 1º semestre de 2005.

SOARES, Joarle M. **Como é que os acontecimentos se tornam notícia?** Um estudo dos valores-notícia no Jornal Nacional. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação). Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007.

TORRES, Maurício (org.). **Amazônia revelada**: os descaminhos ao longo da BR-163. Brasília: CNPq, 2005. Disponível em: <<http://centrodememoria.cnpq.br/amazonia%20revelada.pdf>> Acesso em: 25 maio 2016.

SITES

CONEXÃO AMAZÔNIA

Disponível em: <<http://www.conexaoamazonia.com.br/Noticia.asp?Noticia=04282&@=863-pessoas-j%e3%a1-foram-libertadas-do-trabalho-escravo-em-ro,-diz-mpt>> Acesso em: 24 maio 2016.

EXTRA DE RONDÔNIA

Disponível em: <<http://www.extraderondonia.com.br/>> Acesso em: 24 maio 2016.

MARX21

Disponível em: <<https://marx21.com/2012/08/31/politicos-sao-os-maiores-latifundiarios-do-brasil/>> Acesso em: 24 maio 2016.

PONTOS DE RONDÔNIA

Disponível em: <<https://pontosrondonia.wordpress.com/pontos-de-cultura-rondonia/cone-sul/>> Acesso em: 24 maio 2016.

REPÓRTER BRASIL

Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2010/12/conhe-a-os-escravocratas/>> Acesso em: 24 maio 2016.

RONDÔNIA AGORA

Disponível em: <www.rondoniagora.com/> Acesso em: 24 maio 2016.

SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

Disponível em: <<http://saudeesegurançanotrabalho.com/frentes-trabalho/que-sao-frentes-trabalho.htm>> Acesso em: 24 maio 2016.